

SEMINA

Revista dos Pós-Graduandos em História - UPF

Dossiê: “A produção historiográfica através das fontes impressas e da imprensa”

Volume 22 | Número 2 | Ano/período: maio/agosto 2023

Edição eletrônica

DOI: 10.5335/srph.v22i2.14890

ISSN: 2763-8804

A história do impresso:

estudos de Robert Darnton e Roger Chartier

Eliene Gomes da Silva Alves ¹  

DOAJ
DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

OPEN  ACCESS

Referência

ALVES, Eliene Gomes da Silva. A história do Impresso: estudos de Robert Darnton e Roger Chartier **Revista Semina**, Passo Fundo, vol. 22, n. 2, p.183-197, mai-ago 2023.

Recebido em: 10/04/2023 | **Aprovado em:** 01/05/2023 | **Publicado em:** 20/07/2023

¹ Mestranda do ProfHistória da Universidade Federal de Goiás – UFG - Professora de História da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Bolsista Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG). Contato: eliene.gomes@discente.ufg.br.

A história do impresso: estudos de Robert Darnton e Roger Chartier

Resumo

Esse artigo propõe um debate teórico, a partir dos textos da bibliografia da disciplina História do Impresso, ministrada pela professora Dra. Raquel Campos¹ no curso de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), da Universidade Federal de Goiás (UFG) durante o segundo semestre de 2022. Serão analisados textos de dois importantes historiadores do livro e da leitura: Roger Chartier e Robert Darnton, a fim de refletir sobre a história do impresso, sua difusão na Europa do Antigo Regime e as transformações sociais e políticas daí decorrentes. Essa discussão mobiliza reflexões sobre a escrita historiográfica numa perspectiva da História Cultural.

Palavras-chave: História do impresso. Práticas de leitura. História Cultural.

The history of the printed word: studies by Robert Darnton and Roger Chartier)

Abstract

This article proposes a theoretical debate based on the texts from the bibliography of the discipline "History of the Printed Word" taught by Professor Dr. Raquel Campos in the Professional Master's Program in History Teaching (ProfHistória) at the Federal University of Goiás (UFG) during the second semester of 2022. Texts by two important historians of the book and reading, Roger Chartier and Robert Darnton, will be analyzed in order to reflect on the history of the printed word, its dissemination in Europe during the Ancien Régime, and the resulting social and political transformations. This discussion engages reflections on historiographical writing from a perspective of Cultural History.

Keywords: Ceará. Delict. Migration.

La historia de la impresión: estudios de Robert Darnton y Roger Chartier

Resumen

Este artículo propone un debate teórico basado en los textos de la bibliografía de la asignatura Historia de la Impresión, impartida por la profesora Dra. Raquel Campos en el curso de Maestría Profesional en Enseñanza de la Historia (ProfHistória) de la Universidad Federal de Goiás (UFG) durante el segundo semestre de 2022. Se analizarán textos de dos importantes historiadores del libro y la lectura: Roger Chartier y Robert Darnton, con el fin de reflexionar sobre la historia de la impresión, su difusión en la Europa del Antiguo Régimen y las transformaciones sociales y políticas resultantes. Esta discusión plantea reflexiones sobre la escritura historiográfica desde una perspectiva de la Historia Cultural.

¹ Professora da Faculdade de História, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás e do Mestrado Profissional em Ensino de História, do qual é a atual vice-coordenadora. Fez pós-doutorado na Universidade de São Paulo (2019-2020). Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2014), tendo realizado estágio de doutoranda na École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris, no ano 2012/13.

Palabras clave: Historia de la impresión. Prácticas de lectura. Historia Cultural.

Dois historiadores do livro e da leitura: Roger Chartier e Robert Darnton

É impossível estudar a História do Impresso, sem recorrer a dois importantes autores, muito conhecidos por quem realiza pesquisas relacionadas à história da leitura, do escrito, dos livros, da impressão, da edição e suas formas de apropriação e difusão: Roger Chartier e Robert Darnton. As pesquisas de ambos trazem importantes contribuições nessas áreas, mas não se resumem a elas. São verdadeiros laboratórios para nós, historiadores, sobre como lidar com as fontes históricas e suas limitações, reconhecendo-as como rastros imprecisos do passado, representações de uma determinada sociedade e não verdades universais e inquestionáveis. Os autores, em suas pesquisas, levantam hipóteses, sugerem, questionam, demonstram, mas não têm a pretensão de trazer respostas definitivas e nem de fazer uma história linear, cronológica e homogênea do livro. Buscam a historicidade de determinadas práticas culturais relacionadas ao impresso, para entender melhor como elas contribuíram para mudanças culturais e sociais e influenciaram as relações de poder. Convém uma pequena apresentação dos autores.

Robert Darnton nasceu em 1939 em Nova York. É historiador, formado em Harvard, com doutorado em história na Universidade de Oxford (1964). Especialista em História da França do século XVIII, seus estudos estão voltados para o Iluminismo, Revolução Francesa e para a história do livro, da impressão e da vida literária desse país. Em 2007, assumiu a missão de digitalizar e tornar acessível gratuitamente o conjunto da produção intelectual da universidade norte-americana².

Roger Chartier nasceu em Lyon, em 1945. Formou-se como historiador na Universidade de Sorbonne, em 1969. É professor emérito no Collège de France e da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, ambos em Paris. Professor visitante da Universidade da Pensilvânia nos Estados Unidos. Reconhecido mundialmente por seus estudos sobre a história cultural, história do livro, da edição e da leitura³.

² Essa biografia foi retirada da entrevista com Robert Darnton feita por José Murilo de Carvalho e publicada na Revista Topoi, Rio de Janeiro, set. 2002, pp. 389-397 Link: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/KBxVKdrZw9XcdfFqfzcmgCg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 30/01/2022

³ Biografia retirada do site Fronteiras do Pensamento. Link: <https://www.frenteiras.com/ descubra/pensadores/exibir/roger-chartier>. Acesso em 30/01/2022.

Os textos analisados na aula de História do Impresso apontaram diversas características que aproximam esses dois historiadores do livro. Além do óbvio interesse pelo mesmo objeto de pesquisa, ressaltou a preocupação de ambos em analisar os encontros e distanciamentos entre o mundo do texto e o mundo do leitor, além da ênfase nas possibilidades de relações entre a produção de cultura e sua apropriação. Através dos estudos sobre o impresso, os autores nos abrem inúmeras reflexões e possibilidades de pesquisa sobre os usos e significações da leitura ao longo do tempo, que podem ser estendidos para qualquer outro objeto de pesquisa em História Cultural.

A cultura escrita e suas transformações sociais

As relações das sociedades com a cultura escrita são estudadas há muito tempo. Roger Chartier no texto “As representações do escrito,” que compõe a sua obra *Formas e sentido- Cultura escrita: entre distinção e apropriação*, lançado no Brasil em 2003, analisou textos dos escritores Vico (1668-1744)⁴, Condorcet (1743- 1794)⁵ e Malesherbes (1721-1794)⁶ para mostrar que nos séculos XVII e XVIII, alguns estudiosos já buscavam entender como as transformações que modificaram a fixação, a circulação e a conservação do escrito alteraram as relações entre os homens, os modos de exercício de poder e as técnicas intelectuais. (CHARTIER, 2003, p. 29)

Esses autores buscavam a significação intelectual, social ou política das rupturas que transformaram os modos de inscrição, registros e comunicação dos discursos nas diferentes épocas: idade dos deuses, dos heróis e dos homens. Para eles, a ruptura fundamental foi dada pela invenção da escrita alfabética já que esta “subtrai o saber à onipotência da razão divina, ou à autoridade da razão do Estado.” (CHARTIER, 2003, p. 20). Essa forma de escrita despe as figuras e os signos de seus mistérios e retira dos sacerdotes o monopólio da interpretação. (CHARTIER, 2003, p. 21) Outra ruptura tão importante quanto a escrita alfabética foi a invenção da imprensa que, oposta à oralidade, define o exercício do poder, os papéis sociais e as práticas intelectuais. (CHARTIER, 2003, p. 28)

⁴ Nascido em Nápoles, na Itália, Giambattista Vico foi um filósofo político, retórico, historiador e jurista italiano, reconhecido como um dos grandes pensadores do período iluminista.

⁵ Pensador, matemático e revolucionário francês, Marie Jean Antoine Nicolas de Caritat, marquês de Condorcet, nasceu na França em 1743 e faleceu em 1794. As suas ideias a favor de certas reformas legais e educacionais, a sua posição pela tolerância religiosa e contra a escravidão fizeram dele uma figura típica do Iluminismo. Destacou-se nas ciências exatas, ingressando na Academia das Ciências em 1769.

⁶ Guillaume-Chrétien de Lamoignon de Malesherbes foi um estadista e ministro francês. Presidente da Corte de Auxílio, e diretor da Biblioteca Nacional no ano de 1750. Nasceu em Paris, França, em 1721.

No presente, também assistimos a uma ruptura, considerada por Roger Chartier ainda mais radical. Trata-se da revolução que nos conduz do livro objeto ao livro eletrônico. Chartier problematiza o marco inicial da história do impresso (a invenção de Gutenberg e a passagem do rolo ao códice). Argumenta que a passagem do impresso à tela é uma mudança mais profunda, já que o próprio suporte é completamente modificado e o livro códice desaparece. As mutações características do século XV, como a invenção da imprensa, modificaram os modos de reprodução dos textos e produção dos livros, mas o livro impresso manteve-se ainda por muito tempo dependente do manuscrito. A revolução presente não modifica somente as técnicas de reprodução do texto, mas as estruturas e formas de comunicação aos seus leitores. Para Chartier, com a tela substituindo o códice, “a materialidade do livro é substituída pela imaterialidade dos textos sem lugar próprio”. (CHARTIER, 2003, p. 38)

As transformações sociais que a cultura escrita imprimiu no mundo ocidental contemporâneo só se comparam à substituição do volumen pelo códex (livro em forma de rolo, pelo livro composto por cadernos reunidos) nos primeiros séculos da Era Cristã. Mas apenas nos séculos III e IV o número de códices se igualou ao de rolo. Para Chartier essa comparação é importante porque a compreensão e o domínio da revolução eletrônica dependem da inscrição numa história de longa duração, que deve considerar os riscos que as mudanças de cada suporte podem conferir, já que as transformações tipográficas modificam profundamente os usos, as circulações e interpretações de um mesmo texto. (CHARTIER, 2003, p. 41)

De acordo com Chartier, a revolução da leitura no século XVIII pode residir justamente na capacidade de se mobilizar diferentes modos de ler, ou seja, na diversidade de práticas e no seu alcance. Daí a sua complexidade, pois seu reconhecimento não estaria na generalização de um novo estilo, hegemônico e específico, mas no recurso a uma pluralidade de práticas, que considere as competências, os códigos e as convenções próprias a cada comunidade de interpretação. (CHARTIER, 2002. P. 109)

Convém ressaltar que para que a transferência do patrimônio escrito de um suporte a outro, no caso, do códice à tela, não acarrete uma perda da inteligibilidade de uma cultura textual, fazem-se necessário alguns cuidados, como uma reflexão histórica, jurídica e filosófica das mutações nos modos de comunicação e recepção da escrita, a fim de assegurar a disponibilidade universal de um patrimônio textual acessível e redefinir as noções jurídicas e regulamentares para uma outra modalidade de produção, conservação e comunicação do escrito. “É somente se a inteligência da cultura do códex for preservada que se poderá gozar plenamente a felicidade extravagante prometida pela tela”. (CHARTIER, 2003, P. 48)

A revolução atual pode ser comparada às mudanças nos modos de leitura e escrita vivenciadas entre os séculos XVI e XVIII: da leitura intensiva (limitada, oralizada, mecânica, ritualística e repetitiva) até meados do séc. XVIII para a extensiva (numerosa, crítica) a partir de então. As novas modalidades de relação com a leitura e escrita, bem como os progressos na alfabetização (que não foram lineares, nem contínuos) construíram uma esfera de intimidade, retiro e refúgio para os indivíduos subtraídos aos controles sociais. Chartier (1991, p. 113) define essa prática como “privatização da primeira modernidade”, que possibilitou novos modelos de comportamentos e condutas culturais. É óbvio que o ingresso das sociedades ocidentais na escrita não ocorreu de forma homogênea em todo o ocidente. A hostilidade à escrita, muitas vezes associada às convulsões sociais vivenciadas nesse período, a fraca alfabetização e o monopólio dos clérigos alimentaram tensões culturais que atrasaram esse processo.

Mas apesar disso, a capacidade de ler de forma silenciosa também acarretou mudanças substanciais nas sociedades europeias entre os séculos XVI e XVIII. Isso porque a leitura silenciosa, por ser mais fácil e rápida, possibilitava a interiorização imediata do que era lido, transformando o trabalho intelectual, os hábitos universitários e religiosos. Essas alterações serviram de base para a construção do Estado Moderno, já que promoveram uma “emancipação em relação às formas tradicionais de existência, que tornavam os homens dependentes de mediadores obrigatórios”. (CHARTIER, 1991, p. 118)

Não podemos afirmar que as transformações sociais possibilitadas pela cultura impressa atingiram a todas as pessoas da Europa ocidental nos séculos XVI e XVIII. Também não podemos afirmar que a informatização atual atinge igualmente todas as esferas sociais. Para verificar as dimensões do ingresso das sociedades ocidentais no mundo da leitura e da escrita, historiadores analisaram uma série de fontes como documentos oficiais, paroquiais, fiscais, judiciários e inventários, e etc. Apesar da importância desses estudos, sabemos que essas fontes têm suas limitações, aliás, todas as fontes históricas são recortes e devem ser vistas como indicadores culturais, e não espelhos de determinada realidade. As fontes mostraram um crescimento contínuo e regular na alfabetização na Era Moderna, principalmente em países como Escócia, Inglaterra e França, com avanços e recuos, de acordo com as conjunturas. (CHARTIER, 1991, p. 116)

É muito interessante observar que os dados relacionados à alfabetização evidenciados pelas fontes, não se limitaram a esse indicador. Ao contabilizar assinaturas em documentos paroquiais, fiscais e judiciários, a fim de descobrir a porcentagem de pessoas que sabiam ler e escrever na Europa, entre os séculos XVI e XVIII, os historiadores puderam acompanhar várias mudanças sociais e culturais vivenciadas por essas sociedades que se relacionam ao acesso à leitura. Os dados mostram que as populações adquiriram competências culturais

antes restritas a uma minoria, mesmo levando em consideração que a familiaridade com a escrita não era igual para todos. Observa-se, por exemplo, que a capacidade de assinar estava relacionada à atividade econômica e condição social dos cidadãos.

Outro dado muito interessante se refere à posse do livro. Apesar da imperfeição das fontes, as análises de inventários de bens dos mortos, puderam trazer alguns indicadores globais sobre a presença do livro em determinadas sociedades. Mais uma vez observa-se uma hierarquia da presença ou posse dos livros de acordo com a posição social do cidadão. No topo da posse do livro estão os clérigos, seguidos por profissionais liberais, nobres, comerciantes e por fim, pelos trabalhadores braçais. No que se refere à posse do livro e religião, os países protestantes estavam à frente dos países católicos no século XVIII. (CHARTIER, 1991, p. 131)

Os exemplos relatados até aqui mostram que as transformações sociais e culturais possibilitadas pelo ingresso das sociedades no mundo da leitura e da escrita foram inúmeras e variaram de acordo com os contextos sociais e econômicos de determinadas regiões, mas é certo que, entre os séculos XVI e XVIII, a leitura e a escrita experimentaram um crescimento importante e ultrapassaram as fronteiras antes delimitadas pelas imposições culturais de uma vida coletiva. O leitor passou a vivenciar um ambiente de intimidade com o livro e encontrou um meio de refugiar-se dos controles sociais estabelecidos pela vida cotidiana. É importante ressaltar que nem todos compartilhavam desse ambiente de intimidade, já que as práticas antigas de leitura não foram eliminadas. O hábito de ler em voz alta, as leituras coletivas, as leituras por obrigações religiosas mantiveram-se vivas mesmo com a revolução da leitura experimentada na intimidade.

Em suma, podemos dizer que todas as rupturas, sejam elas intelectuais, sociais e/ou políticas, propiciaram evoluções nas práticas de leitura e deram forma aos novos modelos de comportamentos culturais característicos dos processos de privatização da primeira modernidade. A invenção da escrita alfabética, a substituição do volumen pelo códex, a invenção de Gutenberg, os progressos da alfabetização na Era Moderna, a privatização dos hábitos de leitura, a universalização do acesso à leitura e a passagem do livro impresso ao livro eletrônico, dentre outras transformações sociais e culturais propiciadas pela leitura, provocaram e provocam mudanças profundas nas sociedades. Essas mudanças alcançaram a todos, (letrados e iletrados; elite e meios populares), modificaram a forma como essas sociedades se organizavam social, cultural e politicamente e alteraram a idéia que o homem moderno tinha de si mesmo.

Leitura e construção de sentido

É certo que o ingresso das sociedades modernas no mundo letrado e as mudanças nas práticas de leitura e da escrita acarretaram inúmeras transformações sociais e impactos culturais. Para compreender essas mudanças é necessário conhecer os efeitos de sentido que essas leituras provocavam e para isso é imprescindível saber o que essas sociedades liam, como liam e como recebiam esses escritos, ou seja, o processo de recepção e apropriação. De acordo com Chartier,

(...) a operação de construção de sentido efetuada na leitura (ou na escuta) é um processo historicamente determinado cujos modos e modelos variam de acordo com os tempos, os lugares, as comunidades. (...) As significações múltiplas e móveis de um texto dependem das formas por meio das quais é recebido pelos seus leitores (ou ouvintes). (CHARTIER, 1991, p. 178).

Para reconstruir as significações atribuídas aos textos por seus diferentes leitores, os historiadores desenvolveram várias estratégias de pesquisa interdisciplinares e mobilizaram diversas fontes, como inventários, catálogos de bibliotecas, documentação editorial, correspondências de livreiros e da censura, almanaques e etc. Essas fontes exigiram cuidados metodológicos, já que são representações da prática de leitura e não podem ser lidas de forma ingênua. Para Roger Chartier (1995, p. 8), “até os documentos mais objetivos, como os inventários, supõem escolhas e triagens, logo, exclusões”.

Nesse sentido os conceitos de representação e apropriação aos quais Chartier recorre trazem importantes contribuições teóricas e metodológicas ao trabalho do historiador. Para entender os efeitos de sentido e os impactos culturais do ingresso das sociedades ao mundo letrado, é imprescindível recorrer às práticas culturais, as formas de produção, reprodução e recepção dos textos e assim ter acesso ao universo simbólico dessas sociedades.

Para Chartier a apropriação refere-se a “uma história social dos usos e das interpretações, referidas e suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem.” Tal conceito pode ser aplicado à história da leitura e também em diferentes estudos historiográficos, que levem em consideração as “descontinuidades das trajetórias históricas”. Para o autor, não há prática ou estrutura, que não seja produzida por representações contraditórias e em confronto, entendendo representações como “construções sociais da realidade em que os sujeitos fundamentam suas visões de mundo, a partir de seus próprios interesses e de seu grupo”. (CHARTIER, 1991, p. 180)

Desta forma, os conceitos de práticas e representações abrem aos historiadores possibilidades de se pensar as articulações entre as práticas culturais e o mundo social. Esse movimento foi caracterizado por Chartier como uma “renúncia à tirania do social” e a possibilidade de se fazer uma história cultural do social, atenta “à pluralidade das clivagens que atravessam uma sociedade e à diversidade dos empregos materiais ou códigos

partilhados.” (CHARTIER, 1990, p. 177) Valendo-se desses conceitos, os historiadores podem decifrar as sociedades de outro modo, observando as tensões que as constituem a partir de um ponto de partida particular e específico como por exemplo um acontecimento, um personagem anônimo, um objeto, um relato, cartas, e etc.

Como exemplo dessa produção historiográfica que foge da história tradicional, temos os trabalhos de Robert Darnton. O autor se propõe a identificar os livros circulavam nos meios populares e letrados da Europa do Antigo Regime, mais especificamente na França pré-revolucionária, para assim entender os efeitos dessas leituras nas relações sociais e de poder. De acordo com Chartier,

A partir das análises de Darnton sobre a circulação dos “livros filosóficos” no Antigo Regime, abre-se um debate sobre os laços existentes entre a leitura desse corpus de textos e a denúncia ou dessacralização do regime e a transformação das representações coletivas, que em 1789, torna admissível e aceita a ruptura revolucionária. (CHARTIER, 1995, p. 9).

Raimundo Severiano parece nortear seu depoimento com o intuito de gerar dúvidas frente a possibilidade de sua participação no tumulto em que saiu ferido José Rufino. Diz não conhecer a vítima, muito menos saber da sua existência ou da condição de ferido. Argumento razoável, pois, como ressaltamos, os abarracamentos eram constituídos por milhares de indivíduos advindos de diversas partes da província. Os próprios envolvidos e testemunhas do conflito diziam não conhecer Raimundo Severiano. Tentando produzir uma evidência que provasse sua inocência, Severiano diz que embora soubesse do “barulho” que se passou nas Maleitas, nunca lá estivera, pois era residente em Guaiúba e naquele dia tratava de negócios em Água Verde. Invertendo toda a situação, aponta um primo seu como vítima daquele conflito. No entanto, seus argumentos parecem não se sustentar quando perguntado por que fugiu do Itapaí ao ser chamado a presença do delegado. Se residia em Guaiúba, como se mudara do Itapaí (onde todos disseram que lá residia) para Canoa e em seguida para a Capital?

Toda essa controvérsia não deve ter convencido o delegado de polícia, visto que em 17 de junho de 1880 os autos são remetidos ao promotor público da Comarca de Baturité, que considerando grave o ferimento causado em José Rufino Mariano, oferece denúncia, no dia 30 do mesmo mês, contra Raimundo Severiano pelos termos do Artigo 205 do Código Criminal. Assim, no dia 12 de julho de 1880, o juiz municipal substituto do Acarape, Francisco Benvindo de Vasconcelos, passa mandado para que qualquer oficial de justiça intime nas Maleitas e no Itapaí os mesmos depoentes do inquérito policial, a fim de que compareçam à Câmara Municipal, às dez horas da manhã do dia 16, como testemunhas. No

entanto, o decorrer dessa apuração criminal vai ser inopinadamente afetada no que diz respeito às testemunhas, ou, seria mais apropriado dizer, a falta delas.

No fim do inquérito policial, o delegado Antônio de Vasconcelos ressalta que além das juramentadas, seria testemunha daquele caso o indivíduo Pedro Lins, referido por José Rufino Mariano como uma das pessoas que presenciaram sua agressão. Pedro Lins nunca foi encontrado. Cumpria a função de administrador da cacimba das Maleitas e residia no “Cururu”. A última tentativa de intimá-lo seria em janeiro de 1881, quando o oficial de justiça Benjamin Sobreira Torres certificou não o ter encontrado “por se ter mudado do lugar”. Intrigantemente, o mesmo ocorreu com as testemunhas moradoras nas Maleitas e no Itapaí. Com mandado passado em 12 de julho, não foram intimadas, diz o oficial, “por não [mais] rezidirem ahi e me informarem terem umas mudado-se para fora da Provincia e outras auzentado-se para fogos não sabido [...]”. Para agravar a situação, logo após o sumiço das principais testemunhas do crime, o escrivão do Termo certifica, na data de 27 de julho de 1880, “que o Réo Raimundo Severiano se evadira da Cadeia desta Villa” do Acarape.

Depois disso, em 22 de outubro de 1880, é requerido pelo promotor da Comarca de Baturité, Dr. Manoel Estelita Cavalcanti Pessoa, que fossem notificadas novas testemunhas para deporem no Sumário. Assim procedendo, o juiz substituto do Acarape passa mandado para que sejam intimados Manoel Dionizio de Lima, João Batista, José Soares Galvão, Francisco Soares Galvão, Joaquim Ribeiro de Oliveira, Manoel Sabino da Silva e Manoel Sabino Filho, a se fazerem presentes no dia 29 de outubro em sua residência. Todos eles eram moradores nas Maleitas e, diferentemente dos depoentes do inquérito policial que se diziam trabalhadores da estrada de ferro, se identificavam como “jornaleiros”.

Manoel Dionizio de Lima, 40 anos, natural de Russas, disse que “[...] em Dezembro do anno passado José Rufino Marianno fora ferido [...] em um dia de paga de trabalhadores [...] tendo todavia ouvido dizer que o offendido falecera no Hospital da Canôa [...]”. O depoimento de Manoel Dionizio, além de poder representar o que também disseram as outras testemunhas, acrescenta dois elementos importantes ao cotidiano dos retirantes e ao contexto do crime. O primeiro deles, é de que José Rufino acabou falecendo pouco tempo depois; e o outro, de que o crime teria ocorrido em um dia de pagamento dos trabalhadores da via férrea.

Cruzando este depoimento com o de João Alves da Cruz – que, no inquérito policial, diz ter ocorrido as agressões antes da festa do serviço da estrada – poderíamos presumir que Raimundo Severiano escolheu um dia tumultuoso em que milhares de retirantes se reuniram a espera de alguma gratificação e, ansiosos, aguardavam pela dita festa que lhes quebraria a dureza do cotidiano de trabalho. Não haveria momento mais oportuno para descarregar sua ira contra um policial do abarracamento, contra um indivíduo tão

desprezado por atuar como instrumento do despotismo dos engenheiros da estrada de ferro, fugindo em seguida e perdendo-se entre um povaréu desconhecido.

Quanto à suposta morte de José Rufino, o promotor da comarca faz encaminhar um pedido ao vigário do Baturité de certidão probatória do óbito e sepultamento na povoação da Canoa. O vigário Raimundo Francisco Ribeiro, na data de 19 de outubro de 1881, remete resposta ao juiz municipal, dizendo

que no registro de obitos d'esta Matriz, percorridos e examinados com maxima diligencia, acha-se o de José Rufino d'Albuquerque, viuvo; com cincoenta annos de idade, que morreo d'um pleuris á 8 de junho d'aquelle anno. Se d'outro se trata, certamente não foi remetido para a Matriz o respectivo assento, por incuria ou negligencia do encarregado dos enterramentos no cemiterio [...] como tem acontecido á respeito de muitos; e na tal falta só pode ser supprida por informação de pessoas alli residentes [...]. Deos guarde a VS. (Sic)

Robert Darnton enfatizava a necessidade de os historiadores atuais trabalharem

com uma opção mais ampla de literatura, que leve em conta os homens e as mulheres em todas as atividades que tenham contato com as palavras, e romper com a velha história literária que dividia o tempo em segmentos demarcados pelo surgimento de grandes escritores e grandes livros, segundo a clássica fórmula francesa.” (DARNTON, 2010, p. 132).

Para Darnton era imprescindível incluir nas pesquisas algumas figuras que fizeram parte do sistema de produção e distribuição de livros, mas que desapareceram da história literária: editores, revisores, trapeiros, tipógrafos, agentes de vendas, carroceiros, livreiros, leitores, enfim, “os intermediários esquecidos da literatura”. Para isso ele recorre aos documentos da Société Typographique de Neuchâtel (STN), uma grande editora e distribuidora suíça de livros franceses nas últimas décadas do Antigo Regime, especializada em obras piratas e, também, censuradas na França.

Em suas pesquisas nos documentos da STN, Darnton seleciona fontes que lhe permitem estudar a história do livro, por meio desses intermediários, que embora tenham feito parte do sistema que produz e distribui livros, desapareceram da história. Como exemplo dessas fontes ele analisa o dossiê de Jean- Nicolas Morel, um prensador de papel na pequena aldeia de Meslières. O documento mostra como se afigurava o setor livreiro para alguém que fornecia a matéria-prima e que era totalmente indiferente à gramática e à ortografia. “Preocupava-se apenas com a excelente qualidade de seu papel e sua própria virtude”. (DARNTON, 2010, p. 135) Outra fonte igualmente interessante analisada por Darnton é a correspondência comercial de Jean-François Favarger, representante de vendas da STN, em viagem de campanha para ao sul e centro da França para vender a Enciclopédia (1778). Os registros da viagem possibilitaram um conhecimento íntimo do mundo

provincial dos livros. Revelaram como eram as relações entre os livreiros varejistas, o tipo de livro que circulava e o perfil das figuras que lidavam com ele em cada cidade, além de curiosos detalhes relacionados ao cotidiano desses intermediários. Enfim, o conhecimento do mercado e as condições sociais da literatura setecentista. (DARNTON, 2010, p. 137)

O que Darnton tenta (e consegue!) é chegar ao mundo das idéias através de uma nova perspectiva: a dos excluídos. Não está preocupado com os grandes autores do Iluminismo, mas com aqueles que também colaboraram com a produção, difusão e circulação dos impressos, mas foram esquecidos pela história literária. Cabe aqui uma reflexão metodológica: Uma pesquisa histórica, sob o ponto de vista dos excluídos, “dos intermediários esquecidos”, adentra um universo cultural que é, obviamente, muito diferente do universo cultural do historiador, o que exige certo distanciamento entre o pesquisador e o seu objeto. Para Starobinski, o objeto deve ser percebido, mantido e consolidado em sua diferença e em sua realidade própria, sob o risco de que a interpretação não seja mais do que o desenvolvimento de uma fantasia do intérprete, seduzido pelo encanto de um discurso livre e imaginativo. Não se trata de afastar completamente o historiador do seu objeto de estudo, “tudo desapareceria com o seu desaparecimento,” já que “é pela energia de nossa intenção pessoal que o objeto, a obra é chamada à presença.” Trata-se de submeter a obra (fonte histórica) a uma leitura cuidadosa, recorrer à uma linguagem descritiva de uma outra época (a nossa) e de uma outra categoria intelectual (a do nosso saber contemporâneo). Enfim, o historiador (leitor-intérprete) faz suas escolhas e deve “assumir os riscos, escolhendo a categoria dos fatos, os termos de referência e os pontos de comparação que lhe parecem adequados”. (STAROBINSKI, 1988, p.136-138). Nessa mesma perspectiva, o próprio Darnton adverte:

... nada mais fácil do que deslizar para a confortável suposição de que os europeus pensavam e sentiam, há dois séculos, exatamente como o fazemos agora – acrescentando-se as perucas e os sapatos de madeira. Precisamos ser constantemente alertados contra uma falsa impressão de familiaridade com o passado, de recebermos doses de choque cultural. (DARNTON, 1986, p. XIV)

E Peter Burke complementa,

“Estudar a História do comportamento dos iletrados é necessariamente enxergá-la com dois pares de olhos estranhos a elas: os nossos e o dos autores dos documentos que servem de mediação entre nós e as pessoas comuns que estamos tentando alcançar. (BURKE, 1989, p. 94).

Portanto, o acesso a esse “universo mental estranho”, (DARNTON, 1986, p. XVII) não é tarefa fácil. Os historiadores, que preferem “proceder de maneira sistemática, através do cânone dos textos clássicos”, (DARNTON, 1986, p. XVII) podem sentir muita dificuldade em

explorar o universo cultural de artesãos, camponeses, tropeiros, editores etc, já que esse acesso muitas vezes acontece de forma indireta, pois os documentos têm suas limitações, construções ideológicas e finalidades específicas.

Valendo-se de uma concepção abrangente de documento histórico é que o autor observa os impressos “não só como texto, mas também como um objeto físico, com falhas e tudo”. (DARNTON, 1990, p. 132) Ele analisa a literatura livresca francesa sob a perspectiva das pessoas que fizeram o sistema funcionar e desapareceram da história. Ressalta que talvez os grandes livros, de autores clássicos nunca tenham existido para a imensa maioria da população europeia da Era Moderna. Nas palavras do autor,

Não posso pretender que as obras de Voltaire e Rousseau assumam um novo sentido se soubermos quem as vendia. Mas Procurando conhecer Ostervald, Bosset, Morel, Bonnemain, Farvager, Guillon e Gerlache, podemos ter a sensação do século XVIII dos livros como artefatos. É claro que é fundamental estudar as edições originais. Tomando-os em toda a sua existência física, pode-se captar algo da experiência literária de dois séculos atrás. (DARNTON, 2010, p. 144).

Nesse intuito é que Darnton realiza também uma série de pesquisas sobre a literatura clandestina⁷ que circulava na França pré-revolucionária para tentar responder à perguntas importantes como: “O que os franceses liam no séc. XVIII”? “Existe relação entre literatura, opinião pública e revolução”? Para isso ele propõe o estudo da história do livro em todos os seus canais de produção, distribuição e consumo, num circuito de comunicação que vai do autor, ao leitor e retorna para o autor. Esse circuito considera a natureza sistêmica do processo de comunicação e a inter-relação de suas partes, além das influências externas: dos autores, editores, tipógrafos, livreiros, bibliotecários e leitores (intermediários culturais) que modificam constantemente seu comportamento ante a pressão do Estado, da Igreja e etc. (DARNTON, 1998, p. 198)

De acordo com Darnton, os “best-sellers proibidos” são indicadores adequados da preferência dos leitores. Ao identificar toda a literatura clandestina que circulava à margem da lei, pode-se chegar a inferências razoáveis sobre o que os contemporâneos consideravam ameaçador para o regime, além de estabelecer uma relação entre a circulação da literatura ilegal e a radicalização da opinião pública. O autor enfatiza que não era uma relação de causa e efeito, mas sim de reforço mútuo, feedback e amplificação. Os livros fixavam os temas e os descontentamentos na palavra impressa, conferindo significado e amplificando as mensagens que solapavam a legitimidade do regime. Ao seu modo, os best-sellers

⁷ A literatura clandestina mais difundida incluía jornalismo denunciatório, comentário social, polêmica política, anticlericalismo obscuro, fantasias utópicas, especulações teóricas e pornografia. Todos esses gêneros conviviam promiscuamente sob o rótulo, livres *philosophiques*.

clandestinos forneceram estruturas para organizar a realidade. Não podemos afirmar como essas estruturas funcionavam de forma direta, mas podemos detectar um padrão cultural significativo. (DARNTON, 1998, p. 205 - 206) É importante ressaltar que o autor não trabalha com uma noção holística de cultura, mas com a cultura em seu sentido antropológico: sujeita a transformações, atravessada por fissuras e falhas, conflitos e coerências.

Ao se debruçar sobre a literatura clandestina, Darnton observa que, em geral, os autores do século XVIII, influenciados pela ideologia iluminista, atuavam fora do âmbito do Estado e contra ele. Difundiam um sistema de crenças inteiramente novo, que ultrapassava a crítica ao clero e a licenciosidade de sua juventude. Todos os valores do Antigo Regime passaram a ser questionados. Os autores de tais obras desvencilharam a literatura do Estado e afastaram a cultura do poder, fazendo com que a literatura clandestina se tornasse “o principal agente de deslegitimação do regime”. (DARNTON, 1998, p. 214)

Um importante exemplo dessa literatura clandestina eram os libelos. Campeões de vendas no séc. XVIII, eles combinavam calúnia e sedição. O estudo das maiores ondas de libelos ocorridas entre os séculos XVI e XVIII, mostra que houve uma mudança no conteúdo desse gênero durante o Antigo Regime: no início não eram vistos como uma ameaça para o Estado. Concentravam-se em destruir reputações e propagar injúrias pessoais, mas permaneciam respeitosos aos princípios da soberania absoluta. Aos poucos evoluíram para protestos contra o despotismo da monarquia. Ou seja, da difamação de indivíduos à dessacralização de um regime inteiro. Embora não tenham sido responsáveis pela queda da Monarquia, contribuíram para desgastar “o verniz de sacralidade que legitimava a monarquia aos olhos dos súditos”. (DARNTON, 1998, p. 231).

Ao estudar os intermediários esquecidos da literatura, os best sellers proibidos e os libelos, Darnton adentra o submundo da literatura setecentista para mostrar os efeitos de sentido que essas leituras provocavam, ou seja, o processo de recepção e apropriação dessas obras e sua capacidade de alterar as relações sociais, políticas e culturais entre os homens. Observa que os leitores não eram meros receptores. Eles se apropriavam dos textos à sua maneira e projetavam nos livros suas ideias pessoais, portanto, as experiências poderiam ser infinitas. Desta forma, não se pode dizer que os livros proibidos produziram no leitor um padrão de reação coerente e assim afetaram a opinião pública, o que se observa são padrões culturais que influenciaram as suas reações, mas essas poderiam ser originais, e até mesmo contraditórias, dada a amplitude dos sistemas culturais. (DARNTON, 1998, P. 201)

Desta forma, percebemos que a história da leitura só pode ser compreendida no âmbito da História Cultural. Os textos de Robert Darnton e Roger Chartier nos desafiam a

refletir sobre a história da leitura e a escrita historiográfica numa perspectiva cultural, que contemple uma pluralidade de abordagens e concepções, abrindo mão de rígidas hierarquizações de práticas sociais e temporalidades. Ao trazerem para o centro do debate a noções de apropriação e representação nos encaminham para a compreensão dos diferentes usos e significações atribuídas aos textos pelos leitores que estão diretamente ligadas às especificidades de determinadas configurações sociais e espaços culturais.

Referências

- BURKE, Peter. Uma presa esquiwa. In: **Cultura popular na Idade Moderna**. Companhia das Letras, 1989, p. 94
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: **Estudos Avançados**, 11 (5), 1991, p. 173-191
- CHARTIER, Roger. O romance: da redação à leitura. In: CHARTIER, Roger. **Do palco à página: publicar teatro e ler romances na Era Moderna – Séc. XVI – XVIII**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- CHARTIER, Roger. As representações do escrito. In: CHARTIER, Roger. **Formas e sentido – Cultura escrita: entre distinção e apropriação**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2003, p. 17-48
- CHARTIER, Roger. As práticas da escrita. In: CHARTIER, Roger (org). **História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. P. 113-161
- DARNTON, Robert. Os intermediários esquecidos da literatura. In: DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia de bolso, 1990, p. 132 -145
- DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos: e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. XV.
- DARNTON, Robert. **Os Best-sellers proibidos da França pré-revolucionária**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P. 197-247
- Entrevista com Roger Chartier. **Acervo**: Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v. 8, nº1-2, p. 3-12, jan/dez. 1995. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/232?articlesBySameAuthorPage=2> – Acesso em 01/02/ 2023
- STAROBINSKI, Jean. A literatura, o texto e seu intérprete. In LE GOFF, Jacques; Nora, Pierre. **História: novas abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.